

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DO COMÉRCIO
CATU/BA – 2021/2022

Que entre si celebram, de um lado o SICOMERCIO - Sindicato do Comércio de Alagoinhas e Região, CNPJ Nº 00.969.396/0001-80 e do outro lado o Sindicato dos Empregados no Comércio de CATU/BA, CNPJ Nº 05.911.719/0001-06, representados neste ato, pelos seus Diretores Presidentes, respectivamente, devidamente autorizados por suas Assembleias, acompanhados por seus respectivos advogados, mediante as cláusulas adiante expostas, que mutuamente aceitam:

CLÁUSULA 1ª – DO REAJUSTE SALARIAL - A partir de 1º (primeiro) de novembro de 2021, as empresas do comércio da cidade de CATU/BA, concederão a seus empregados reajuste salarial no importe mínimo de **8,4 (oito vírgula quatro por cento)**, incidente sobre os salários acima do **Piso da Categoria**, efetivamente pagos em Novembro de 2020 compensando-se todas as antecipações legais e espontâneas ocorridas entre novembro/2020 a Outubro/2021.

PARÁGRAFO 1º - Para os empregados que ganham até 10%, (Dez por cento), acima do **Piso da Categoria**, o reajuste salarial será no importe mínimo de **8,4 (oito vírgula quatro por cento)**.

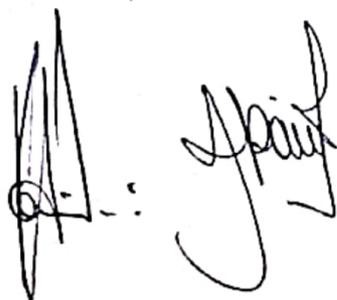
PARÁGRAFO 2º - Fica desde já pactuado entre as Entidades Convenientes que, a partir de 01 de Janeiro de 2022, caso o índice de reajuste do Novo Salário Mínimo seja superior ao índice de reajuste objeto desta Clausula, os Pisos Salariais, previstos na Clausula 2ª desta Convenção Coletiva, serão acrescidos da diferença encontrada para o índice de reajuste do Novo Salário Mínimo.

CLÁUSULA 2ª - PISO SALARIAL – A luz do quanto preceituado no art. 4º da lei 12.790/2013 e no inciso V do art. 7º da Constituição Federal, a partir de 1º de Novembro de 2021, fica garantido, a todo empregado do comércio de CATU/BA, **PISOS SALARIAIS**, da seguinte forma:

A - R\$ 1.244,84 (Um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos) para o empregado que trabalha no comércio de CATU e que tenha ou venha a contar com **03 (Três) meses de serviço ou mais no comércio**, e exerça as funções de empacotador, Office-boy, servente, zelador, ajudante de depósito e similares.

B - R\$ 1.254,69 (Um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), para o empregado que trabalha no comércio de CATU, que tenha ou venha a contar com **03 (Três) meses de serviço ou mais no comércio**, e exerça as funções de vendedor, caixa, assistente administrativo, repositor, estoquista e similares, desde que o novo empregado seja portador de certificado de curso de qualificação pelo SENAC, SASE OU SEBRAE.

PARÁGRAFO 1º - OS PISOS acima serão corrigidos a época da renovação ou revisão desta **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, garantido um reajuste nunca inferior a inflação acumulada do período e tendo como índice o INPC do IBGE;



PARÁGRAFO 2º - DIFERENÇAS - As diferenças geradas em razão dos reajustes previstos nas Cláusulas 1ª e 2ª desta Convenção Coletiva de trabalho deverão ser pagas a título de abono salarial e sem incidência de nenhum encargo social, em dezembro de 2021.

CLÁUSULA 3ª – REPIS – REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL – Com o objetivo de dar tratamento diferenciado às microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) e contribuir para geração de novas oportunidades de emprego no comércio de CATU/BA, fica instituído o REPIS – Regime Especial de piso salarial que será regido pelas seguintes regras:

Parágrafo primeiro – A empresa que se enquadre na situação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), e mantenha em seus quadros até 03 (três) funcionários, a partir de 1º de novembro de 2020 e até 31 de outubro de 2021, poderão manter o pagamento do piso salarial de seus empregados no valor de um salário mínimo nacional mensalmente.

Parágrafo segundo – Para obter os benefícios do REPIS, a empresa, deverá obter anualmente junto ao SICOMERCIO o certificado do REPIS e estar adimplente junto ao BSF para tanto deverá apresentar Certidão oficial de enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e RAIS atualizada, onde consta o número de funcionários admitidos.

Parágrafo terceiro – Uma vez constatada a falsidade nas declarações a empresa requerente será imediatamente desenquadrada do REPIS, devendo ainda pagar as diferenças salariais existentes, além de multa correspondente a 02 (dois) pisos salariais para o Sindicato Obreiro.

Parágrafo quarto – Para aquisição do certificado do REPIS as empresas requerentes que se enquadrarem nos requisitos do parágrafo primeiro e forem associadas e adimplentes com o SICOMERCIO e o SICOMERCIÁRIO terão acesso imediato ao certificado sem qualquer ônus. As demais pagarão à título de emissão do certificado o valor de R\$360,00 (trezentos e sessenta reais) ao SICOMERCIO, no ato do requerimento.

Parágrafo quinto - O certificado do REPIS deverá ser assinado pelos representantes legais dos sindicatos convenentes.

CLÁUSULA 4ª – BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR - As Entidades Sindicais Convenentes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar abaixo definido pelas entidades convenentes e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenentes

 **Parágrafo Primeiro** – A prestação do plano Benefício Social Familiar iniciará a partir de 01/12/2021 e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficio-social.org.br/planos/beneficio-social-familiar.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e com expresse consentimento das entidades convenentes, as empresas, recolherão a título



de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando a partir de 10/12/2021, o valor total de R\$ 30,00 (trinta reais), por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boiêto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiarios.org.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O custeio do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto a gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, respondendo o empregador, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto – Os valores porventura não contribuídos pelo empregador serão devidos e passíveis de cobrança judicial e/ou extrajudicial, acrescidos de multa, juros e demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância a instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA EMPREGADORES, TRABALHADORES E ENTIDADES			
BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES			
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 700,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTE BENEFÍCIO
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 200,00	SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE NASCIMENTO DE TRABALHADOR.
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 2.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIÁRIO PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	6X	R\$ 800,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DA MESMO
BENEFÍCIO ALIMENTAR	6X	R\$ 200,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIADOS ENCAMINHADO A RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA. GANHO DE PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTE BENEFÍCIO

BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	RS 3.500,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDÊNCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADO DE SERVIÇOS O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO		SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS
BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL		SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO VLT 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)		SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA VIRTUAL OU EM DOMÍLIO
CONSULTA MÉDICA ONLINE		SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRABALHADORES, FAMILIARES E PESSOAS DE SEU RELACIONAMENTO CONSULTA MÉDICA ONLINE COM UM CLÍNICO GERAL SEM CUSTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL, MODERNO E DESBUROCRATIZADO, ATRAVÉS DE UM APLICATIVO QUE SEGUER TODAS AS NORMAS REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, FICARÃO DISPONÍVEIS ATÉ 5 CONSULTAS PELO PERÍODO DE 12 MESES A CONTAR DO PRIMEIRO ATENDIMENTO, FICA TAMBÉM DISPONÍVEL UMA REDE DE LABORATÓRIOS CONVENIADOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES COM CUSTO ABAIXO DA MÉDIA DO MERCADO

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRITIVO
BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO	1X RS 2.000,00	EM CASO DE FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
BENEFÍCIO MEDICINA SEGURANÇA DO TRABALHO	ASSESSORIA MENSAL SEM UNIDADE MOVEL	FICARÁ DISPONÍVEL AS EMPRESAS, REDE CREDENCIADA DE CLÍNICAS E LABORATÓRIOS PARA A OBTENÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS SEM NENHUM CUSTO, COMO: (EXAMES DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL) PARA A MATRIZ E SEDE DA EMPRESA, E EXAMES CLÍNICOS (ASO - EXAMES ADMISSIVOS, DEMISSIONAIS, PERIÓDICOS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO), RELATÓRIO ANUAL MODELO E-SOCIAL SUPORTE JURÍDICO PARA ELABORAÇÃO DE QUESITOS TÉCNICOS EM CASO DE RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS, ALÉM DO ARQUIVAMENTO E COORDENAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA CLÍNICA IMPRESSA OU DIGITAL POR 20 (VINTE) ANOS, BEM COMO CONCEDENDO DESCONTOS SIGNIFICATIVOS NAS DESPESAS COM EXAMES COMPLEMENTARES, COMO: HEMOCRAMA COMPLETO, ELETROENCEFALÓGRAMA, ELETROCARDIOGRAMA, AUDIOMETRIA, ACUIDADE VISUAL, ESPIROMETRIA, PIRA, LTCAT, E DEMAIS LAÇOS TÉCNICOS EXIGIDOS PELAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MT (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO), ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE GESTÃO ON-LINE, ACESSO A REDE NACIONAL DE CLÍNICAS E LABORATÓRIOS CREDENCIADOS
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA

BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS. TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIARIOS
BENEFÍCIO TRIAGEM D ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES. TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITA PAGO PELAS ENTIDADES	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS EMPREGADORES CERTIFICADOS DIGITAIS SEM CUSTOS PROPORCIONANDO ECONOMIA E COMODIDADE DEVIDO A POSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO EM DOMICILIO

CLÁUSULA 5ª – DA ANTECIPAÇÃO DE SALÁRIO – As empresas poderão antecipar para seus empregados 40% (Quarenta por cento) do respectivo salário até o dia 15 (Quinze) de cada mês.

CLÁUSULA 6ª - TRIÊNIO - A titulo de gratificação adicional por tempo de serviço as empresas pagarão mensalmente aos seus empregados, que contêm ou venham a contar 03 (três) anos de serviços, 3% (três por cento) da respectiva remuneração, limitando-se a gratificação em 01 (um) Triênio.

PARÁGRAFO ÚNICO - DO DIREITO ADQUIRIDO - Fica respeitado o direito adquirido apenas daqueles empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, que já recebem 02 Triênios, incluindo os que já adquiriram o segundo Triênio até 31/10/2018.

CLÁUSULA 7ª – DO QUEBRA DE CAIXA - A titulo de Quebra de Caixa as empresas pagarão, mensalmente, aos seus empregados, e somente para os que exercem a função de caixa, 7% (Sete por cento) do respectivo salário.

PARÁGRAFO 1º - Ficam desobrigadas deste pagamento as empresas que não descontarem dos seus empregados as diferenças que ocorrerem no caixa

PARÁGRAFO 2º - Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade, na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário

CLÁUSULA 8ª – DO DESCONTO NO SALÁRIO - Obriga-se os empregadores a não promoverem desconto no salário dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques por eles recebidos, sustados sem provisão de fundos e cartões de crédito irregulares, desde que observadas às normas da empresa

CLÁUSULA 9ª – DO EMPREGADO COMISSIONISTA - Os empregados que perceberem salário na base de comissão serão regidos pelos seguintes dispositivos

A - Os empregadores anotarão na CTPS o percentual da comissão.

B - As verbas de Férias, Décimo Terceiro Salário, Salário Maternidade e Aviso Prévio serão apuradas pelo somatório das vendas dos últimos 12 (Doze) meses, corrigidas mês a mês pelo INPC do IBGE e dividido por 12 (doze). Para conferência do órgão homologador a

empresa, obrigatoriamente, discriminará no verso do termo de Rescisão as vendas dos 12 (doze) últimos meses e respectiva correção pelo INPC do IBGE

C - O comissionado não é responsável pela inadimplência dos compradores nas vendas a prazo, não podendo haver qualquer desconto nas comissões, desde que as vendas tenham sido realizadas de acordo com as regras da empresa;

D - O empregado remunerado por comissão terá garantida a percepção, em cada mês, de remuneração mínima equivalente a 01 (um) Piso Salarial da Categoria, ou um Salário Mínimo se contar com menos de 03 (Três) meses no comércio.

CLÁUSULA 10ª - DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA - Com exceção dos empregados que pedirem demissão ou que forem dispensados por justa causa assegura-se estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes

A - **GESTANTE** - Desde a confirmação da gravidez até 60 (sessenta) dias após o término da licença previdenciária, mas em conformidade com Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008,

B - **PRÉ- APOSENTADO** - Nos 12 (doze) últimos meses que antecedem a data de aquisição do direito à aposentadoria voluntária;

C - **ACIDENTE** - Desde a comunicação do acidente até que se complete 01 (UM) ano após a cessação do auxílio acidente;

D - **DOENTE** - Após 01 (UM) ano de serviço na mesma empresa e a partir do momento de aquisição dos direitos para percepção do auxílio doença, até 60 (sessenta) dias após cessação desse auxílio, pelo órgão previdenciário.

E - **RETORNO DE FÉRIAS** - Após o retorno do gozo das Férias, e por um prazo de 30 (Trinta) dias.

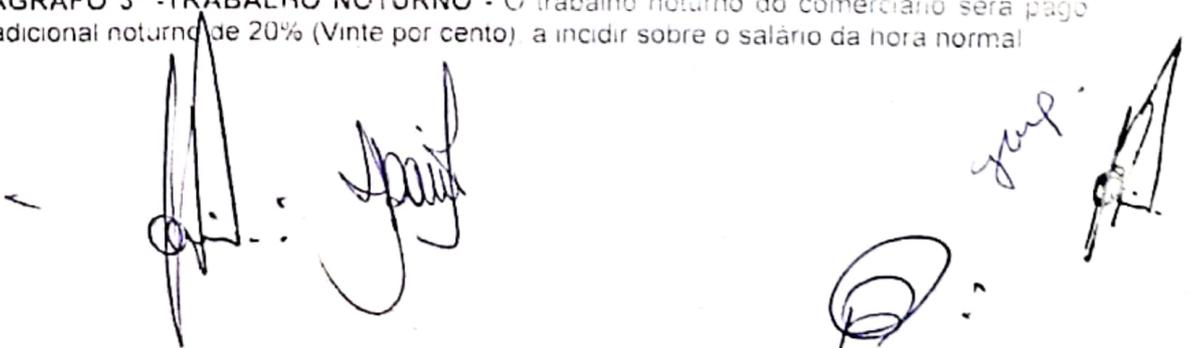
CLÁUSULA 11ª - DO UNIFORME - As empresas na medida em que exigirem fornecerão sem ônus, anualmente, 02 (dois) uniformes, sendo responsáveis pela regulamentação do uso em serviço

CLÁUSULA 12ª - DA JORNADA DOS COMÉRCIARIOS - A jornada normal do comerciante é de 8 horas diárias e de 44 (Quarenta e quatro) horas semanais, conforme previsto na lei 12.790/2013.

PARÁGRAFO 1º - HORA EXTRA - As horas extras do comerciante serão remuneradas com adicional de 70% (Setenta por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO 2º - COMPENSAÇÃO DA HORA EXTRA - Fica facultado o direito da compensação das Horas Extras em folgas, mediante autorização por escrito dos empregados. Ficará também facultado ao empregado escolher o dia para referida folga desde quando haja concordância com a empresa

PARÁGRAFO 3º - TRABALHO NOTURNO - O trabalho noturno do comerciante será pago com adicional noturno de 20% (Vinte por cento) a incidir sobre o salário da hora normal

The bottom of the document features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are smaller initials and a signature. On the right, there is another large signature with a circular mark below it, and a final signature to its right.

PARÁGRAFO 4º - LANCHE - Os empregadores, fornecerão gratuitamente, um lanche aos empregados para o trabalho suplementar com duração superior a 2 (duas) horas

PARÁGRAFO - 5º - ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMERCIO NO MUNICÍPIO DE CATU - Fica autorizado o funcionamento do comércio em CATU, nos meses de DEZEMBRO de 2021 e JUNHO de 2022, nos seguintes DIAS e HORÁRIOS ESPECIAIS:

A) - Todos os sábados dos meses de dezembro de 2020 e junho de 2021, no horário das 8h00, às 18h00, exceto quando for feriado.

B) - Todos os dias NÃO ÚTEIS, ou seja, de segunda a sexta feira, nos meses de dezembro de 2021 e junho de 2022, no horário das 8h00, às 19h00, exceto na véspera do ANO NOVO, cujo horário de funcionamento será das 8h00, às 16h00.

C) - As HORAS EXTRAS laboradas nos SÁBADOS e nos demais HORÁRIOS ESPECIAIS autorizados NESTA CLÁUSULA, serão remuneradas com adicional de 100% (CEM POR CENTO) sobre a hora normal, VEDADA A SUA COMPENSAÇÃO.

CLÁUSULA 13ª - DO ATESTADO MÉDICO - Serão reconhecidos pelos empregadores, todos os atestados médicos, desde quando estejam assinados e carimbados pelo médico emissor, e com o respectivo CREMEB.

CLÁUSULA 14ª - DA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE COM ESTABILIDADE - Fica estabelecida que nas empresas com mais de 100 (Cem) empregados haverá eleição de um representante para, junto ao SINDICATO, promover entendimentos diretos com o empregador, tendo o mesmo estabilidade durante o período do mandato.

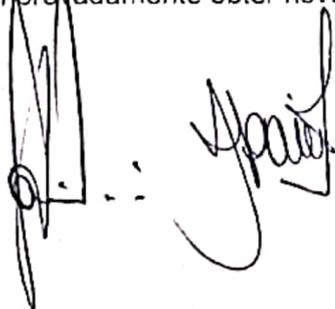
CLÁUSULA 15ª - DA LICENÇA PARA O NÃO COMPARECIMENTO AO SERVIÇO - O Empregado poderá ausentar-se do serviço, no período máximo de 03 (três) dias por ano, para participar de cursos ou seminários de aperfeiçoamento profissional, específico da atividade do comércio e no interesse deste, não ocorrendo prejuízo salarial.

CLÁUSULA - 16ª DA HOMOLOGAÇÃO DOS TRCTs - Fica aqui convencionado entre os sindicatos convenentes que a homologação dos TRCTs dos ex-empregados das empresas do comércio da cidade de CATU/BA, abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho que contarem com mais de 01 (um) ano de vínculo empregatício deverão ocorrer preferencialmente, no sindicato representativo da categoria dos empregados no comércio.

CLÁUSULA 17ª - DA RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO - A rescisão do Contrato de Trabalho será regida pelos seguintes princípios:

A - A Todo empregado do comércio, com 45 (quarenta e cinco) anos de idade ou mais quando demitido sem justa causa, terá direito a Aviso Prévio de 60 (sessenta) dias, desde que contenha ou venha a contar 05 (cinco) anos ou mais de serviço na mesma empresa

B - O empregado que pedir demissão e conceder Aviso Prévio, desde que já tenha cumprido 1/3 (um terço) do respectivo prazo, ficará dispensado do cumprimento do restante na hipótese de comprovadamente obter novo emprego;



C - Desde que solicitadas, as empresas fornecerão carta de referência no ato de quitação das parcelas rescisórias;

D - Desde que o retardamento não seja decorrente de culpa do trabalhador a empresa que não efetuar o pagamento das verbas rescisórias até o décimo dia, e homologação até o vigésimo quinto dia do desligamento de seu empregado pagará a este a multa do art. 477 da CLT e uma multa diária de 01 (um) dia de salário se a inadimplência persistir após 30 (trinta) dias do afastamento definitivo;

E - No ato de homologação da Rescisão do Contrato de Trabalho o empregador apresentará os documentos exigidos através da Instrução Normativa Nº 15, do MTE, de 14 de julho de 2010;

CLÁUSULA 18ª – DO DIA DO TRABALHADOR COMERCÍARIO – Conforme instituído pela Lei 12.790/2013, o Dia do Comerciarío é 30 de outubro de cada ano. Entretanto, em 2022, este Dia em Alagoínhas e nas cidades de sua Base Sindical, será comemorado na SEGUNDA-FEIRA DE CARNAVAL, ficando desde já autorizada a abertura do comércio em geral, com o labor de seus funcionários, os quais deverão ser remunerados com o percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal, à título de jornada extraordinária.

CLÁUSULA 19ª – DA PROIBIÇÃO DE PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE EMPREGADO - ESTUDANTE - As empresas não prorrogarão o horário de trabalho, nem farão mudanças de turno, que venham prejudicar o empregado estudante no período das aulas:

PARÁGRAFO ÚNICO - Mediante combinação prévia entre empregado e empregador o comerciarío, terá garantida a sua liberação para fazer concursos e exame vestibular. No caso de estágio obrigatório, previsto em lei a liberação deverá ocorrer, com objetivo de coincidir com as férias. Caso o período do estágio ultrapasse os 30 (trinta) dias das férias, será compensado posteriormente.

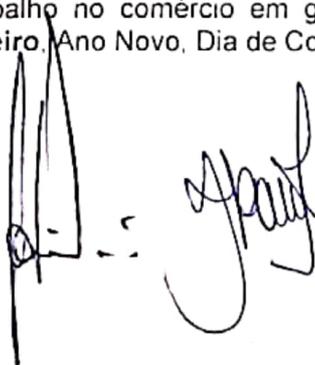
CLÁUSULA 20ª - ABERTURA DO COMÉRCIO AOS DOMINGOS - Fica de logo permitido o trabalho, funcionamento e abertura dos estabelecimentos comerciais aos domingos, até as 14 horas, nos seguintes termos:

A) Os estabelecimentos do comércio em geral do Município de Catu, que porventura abrirem e funcionarem aos domingos, deverão respeitar as regras e regulamentos dispostos nos últimos Acordos Coletivos e Convenções Coletivas de Trabalho, mesmos que estejam vencidos.

B) Poderá ser compensado com folga o trabalho em 02 (dois) domingos por mês. Nos demais casos de trabalho aos domingos serão devidos o pagamento de hora extra com adicional de 100% (Cem por cento) sobre a remuneração da hora normal trabalhada

PARÁGRAFO ÚNICO - Os empregados que trabalharem nesses dias terá jornada compensada, mediante escala a ser elaborada pela empresa, ficando-lhe garantido o recebimento de vales transporte, horas extras e repouso remunerado semanal.

CLÁUSULA 21ª – VEDAÇÃO DO TRABALHO DO COMÉRCIARIO (A) AOS FERIADOS - Fica vedado o trabalho no comércio em geral, na cidade de CATUBA, nos seguintes feriados: 1º de Janeiro, Ano Novo, Dia de Confraternização Universal; Segunda - Feira de



que



Carnaval, Dia do Comerciário, Sexta – Feira Santa, 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, 25 de Dezembro, Natal, Dia do Nascimento do Menino Jesus e no Domingo que ocorre as Eleições Municipais.

PARÁGRAFO 1º - HORA EXTRA DO FERIADO - O comerciário (a) que por ventura trabalhar aos feriados, com exceção dos acima arrolados, por força do veto expresso do trabalho nos estabelecimentos comerciais nesses dias, será remunerado a título de hora extra, com adicional de 100% (Cem por cento) sobre o valor da hora normal, vedada a sua compensação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As microempresas com até 05 (cinco) empregados poderão funcionar nas datas referidas na cláusula anterior, sendo vedada a utilização de seus empregados

CLÁUSULA 22ª – DA FILIAÇÃO E DIVULGAÇÃO - Os representantes sindicais devidamente credenciados, poderão em dia, hora e locais previamente acordados com as empresas, nelas comparecerem para a filiação de novos sócios

A – Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, nos intervalos destinados a alimentação e descanso, também com o objetivo de filiação de novos sócios,

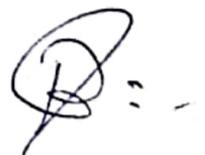
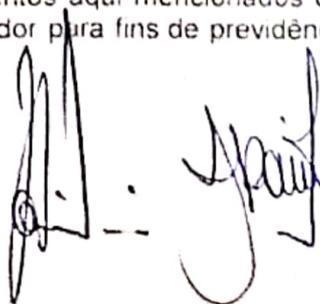
B - A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores.

CLÁUSULA 23ª – DOS DIRIGENTES SINDICAIS E REPRESENTANTES SINDICAIS - As empresas que tiverem, nos seus quadros, empregados que sejam dirigentes sindicais liberarão apenas um para ficar a disposição do Sindicato dos Empregados. No entanto, esta obrigação é só para as empresas que tiverem acima de 15 (quinze) empregados e sem ônus para as mesmas, fazendo-se exceção ao Diretor Presidente da Entidade

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão licenciados Diretores Efetivos, Membro do Conselho Fiscal Efetivo e Suplentes da Diretoria do Sindicato dos Empregados, para comparecimento em CONGRESSOS, PLENÁRIAS, ENCONTROS, CURSOS, REUNIÕES E SEMINÁRIOS durante até 03 (três) dias do ano, limitando-se 01 (um) empregado por empresa. O empregado poderá fazer juntada de documentos comprobatórios. A Entidade Sindical comunicará à empresa.

CLÁUSULA 24ª – DO CONVÊNIO ASSISTÊNCIA MÉDICA - As empresas farão facultativamente, planos de saúde para seus empregados através de convênios com empresas de assistência médica

CLÁUSULA 25ª – DA PREVENÇÃO À SAÚDE - Toda empresa deverá apresentar no Sindicato no ato da homologação de um funcionário o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, (NR 09), o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, (NR 07), o Laudo Técnico de Inspeção constando Insalubridade ou periculosidade, (NR 15 NR 16) o ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) do funcionário que será demitido, o qual devera ser realizado com base no PPRA e no PCMSO. Finalmente, o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário, o qual deverá ser preenchido com base nos documentos aqui mencionados conforme prevê a legislação e entregue uma via deste ao trabalhador para fins de previdência. A empresa deverá ainda, implantar plano de



treinamento de segurança e saúde ocupacional que vise à qualificação, capitalização e informação do funcionário. Objetivando com isso a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas deverão manter o PCMSO (Programa de controle médico e saúde ocupacional) e o PPRA (Programa de prevenção de riscos ambientais) conforme Lei. As firmas que através do PPRA/PCMSO forem identificadas como insalubres ou perigosas terão que pagar o adicional conforme a Lei.

CLÁUSULA 26ª – DA NEGOCIAÇÃO DAS FÉRIAS - É facultada ao empregado negociar com o seu empregador o mês propício para o gozo de suas férias, respeitando-se, porém, o direito de livre funcionamento da empresa.

CLÁUSULA 27ª – DOS VALES TRANSPORTE - Atendida à legislação específica as empresas fornecerão Vales Transporte, aos empregados que no horário de almoço se deslocar para as suas residências.

CLÁUSULA 28ª – DA SUBSTITUIÇÃO - Em caso de substituição não eventual, mesmo na função ou cargo de confiança, o substituto passará a receber, a partir do 1º (primeiro) dia e enquanto durar a substituição, a mesma remuneração do substituído.

CLÁUSULA 29ª - MULTA - Fica estipulada a quantia de 01 (um) PISO SALARIAL previsto na alínea "A" da Cláusula Segunda, para o caso de descumprimento de quaisquer umas das obrigações contidas nesta **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, sendo revertida a parte prejudicada. Se a cláusula descumprida causar prejuízo à Entidade Sindical dos Empregados ou se for de natureza social, a multa reverterá em favor da referida entidade, que poderá cobrá-la através de Ação de Cumprimento e em dobro no caso de reincidência.

CLÁUSULA 30ª - COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE SALÁRIO - Toda empresa com mais de 20 (vinte) empregados, é obrigada a fornecer o discriminativo da remuneração mensal, a cada empregado no ato do pagamento.

CLÁUSULA 31ª – DA TAXA DE CUSTEIO EM FAVOR DO SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CATU/BA – Fica instituída a Taxa de custeio do Sindicato dos Empregados no Comércio de CATU/BA, que será descontada de todos os empregados não sindicalizados membros da categoria comercial, da cidade de CATU/BA, a título de TAXA DE CUSTEIO, conforme prerrogativas conferidas aos Sindicatos pelo Artigo 513, alínea "E", da CLT. O desconto e repasse à entidade obreira, apenas serão devidos, após autorização coletiva prévia e expressa aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, especificamente convocada.

PARÁGRAFO 1º - DOS MESES DEVIDOS - A Taxa de custeio em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de CATU/BA, prevista nesta Convenção, será devida nos meses de, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, E OUTUBRO de 2022.

PARÁGRAFO 2º - DA PORCENTAGEM A SER APLICADA PARA DESCONTO - A porcentagem a ser aplicada para desconto da Taxa de custeio em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de CATU/BA, será no importe de 1.81% (um virgula oitenta e um por cento) do Salário Mínimo

PARÁGRAFO 3º - DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA DOS MEMBROS DA CATEGORIA COMERCÍARIA PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO/DIREITO DE OPOSIÇÃO – O desconto em Folha de Pagamento dos membros da categoria comerciária da cidade de Catu/BA, não sindicalizados, em valor equivalente a porcentagem de 1,81%, (Hum virgula oitenta e um por cento), do Salário Mínimo, somente serão permitidos após **autorização coletiva prévia e expressa**, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal finalidade, em jornal de grande circulação na Base Sindical e amplamente divulgada. Os trabalhadores empregados, membros integrantes da categoria comerciária da cidade de Catu/BA, terão um prazo de até 120 (cento e vinte dias), para exercerem o seu direito de oposição quanto a cobrança da taxa de custeio, a contar da data de assinatura dessa Convenção Coletiva de Trabalho, tendo em vista que a Assembleia Geral extraordinária convocada especificamente para a autorização coletiva prévia e expressa dos membros da categoria ocorreu em **29/09/2021**. O **direito de oposição poderá ser exercido por escrito, através de comparecimento pessoal na sede do Sindicato obreiro, em uma de suas sub-sedes, ou mediante o envio de correspondência ao sindicato obreiro com AR.**

PARÁGRAFO 4º - DO COMERCÍARIO (A) ASSOCIADO (A) AO SINDICATO - A Taxa de custeio prevista no caput da Cláusula logo acima, não será devida pelo empregado associado ao Sindicato. Pois este, já paga mensalmente a Contribuição Associativa estatutariamente obrigatória;

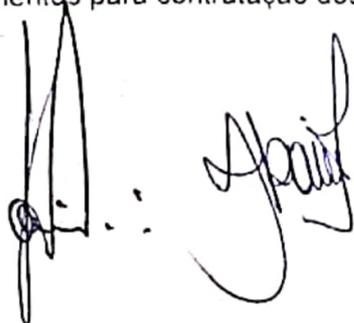
PARÁGRAFO 5º - DO RECOLHIMENTO - Os valores deverão ser depositados até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto, na **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, através de formulário próprio fornecido pela Entidade beneficiária.

PARÁGRAFO 6º - DO REPASSE À FECOMBASE – Fica desde já pactuado que da Taxa de custeio aqui em questão será repassado 10% (Dez por cento), à FECOMBASE, Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia.

PARÁGRAFO 9º – DA CONDICIONALIDADE - Em caso de qualquer demanda judicial que, através de sentença transitada em julgado, reconheça como procedente o pedido de devolução de descontos efetuados nos salários por força do quanto previsto nesta Convenção Coletiva, o ônus de tal indenização será de exclusiva responsabilidade do Sindicato obreiro, visto o empregador ser apenas mero repassador dos recursos oriundos das Taxas aqui convencionadas

CLÁUSULA 31ª – DA TAXA DE CUSTEIO EM FAVOR DO SINDICATO DO COMÉRCIO DE ALAGOINHAS E REGIÃO - Todas as empresas comerciais do Município de CATU/BA, de qualquer ramo, mesmo que não tenha a sua matriz nestas cidades, e que mantenham apenas filial ou estabelecimento, terão que depositar até o dia 30 de junho de 2022, na Agência Nº 0065 da Caixa Econômica Federal, da cidade de Alagoinhas/BA, na conta corrente de Nº 003.0588-5, de titularidade do SINDICATO DO COMÉRCIO DE ALAGOINHAS E REGIÃO, a importância equivalente a 1% (um por cento) do total da Folha de Pagamento do mês de junho de 2022, sendo respeitado o recolhimento mínimo de R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais) e máximo R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais) por estabelecimento.

CLÁUSULA 32ª - CARTA DE FIANÇA - Fica proibida as empresas exigirem a inclusão no rol dos documentos para contratação dos empregados, Carta de Fiança

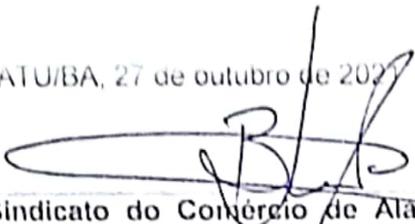


CLÁUSULA 33ª – DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA - Os empregadores, no ato do pagamento de seus empregados sindicalizados, após **autorização prévia e expressa** destes, **reterão o valor da Contribuição Associativa**. Este valor, posteriormente, será recolhido à Entidade Sindical, conforme comunicação e instrução desta

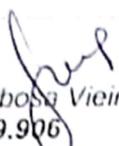
CLÁUSULA 34ª – DA DATA BASE E VIGÊNCIA - Fica mantida a Data Base da categoria em 1º (primeiro) de novembro, vigorando esta **Convenção Coletiva de Trabalho** a partir de 1º (primeiro) novembro de 2021 a 31 (trinta e um) de outubro de 2022.

CLÁUSULA 35ª – DA FINALIZAÇÃO - E por estarem de pleno acordo, assinam a presente em **03 (três) vias** de igual teor, para que possam produzir seus jurídicos e legais efeitos sendo uma via destinada ao registro no MTE.

CATU/BA, 27 de outubro de 2021


Sindicato do Comércio de Alagoinhas Região

Benedito Vieira dos Santos
CPF Nº 112.635.804-59
Presidente


Juliana Barbosa Vieira de Carvalho
OAB/BA 19.906

Sindicato dos Empregados no Comércio de CATU/BA

Magnovanda Santana Paim
CPF Nº 648.248.375-56
Presidente


Adrião Barbosa
Adv. OAB/BA 29.846